

ABC enfrenta falta de dados sobre população trans o que aumenta desigualdade social

George Garcia

Na semana em que acontece a 16ª edição da Parada LGBT de Diadema, marcada para este domingo (26/07), à partir das 14 horas na Praça da Moça, o atendimento população trans no ABC ainda não é suficiente para acolher essas pessoas. A região tem iniciativas isoladas de cada município, mas ainda faltam diagnóstico socioeconômico desta faixa populacional, além de incentivo à saúde, educação e pleno emprego. Para Robson de Carvalho presidente da Associação Viva a Diversidade, entidade com 20 anos de atuação na defesa dos direitos da população LGBTQIA+ e ex-chefe da Coordenadoria de Políticas de Cidadania e Diversidades da prefeitura de Diadema, as pessoas trans da região ainda sofrem com a exclusão social e dificuldade de acesso a serviços básicos.

“As situações mais frequentes são a discriminação e a transfobia, especialmente em espaços públicos, no ambiente de trabalho e até mesmo no convívio familiar. Também são recorrentes as dificuldades de acesso à saúde integral, incluindo atendimento humanizado, acompanhamento em saúde mental e acesso aos serviços específicos para pessoas trans”, analisa Carvalho com base nas queixas que a Associação que ele dirige recebe. A entidade disponibiliza atendimento psicológico, para acolhimento e apoio emocional; plantão jurídico, com orientações sobre direitos e encaminhamentos legais; e plantão social, para avaliação das demandas sociais e acesso às políticas públicas e à rede de proteção.

Conseguir emprego, para quem é uma pessoa trans é uma grande dificuldade que aumenta a vulnerabilidade social desta população, por conta de preconceitos que ficam mais graves no mercado de trabalho. É outra dificuldade que afeta as pessoas trans e que contribui para a vulnerabilidade social. “Recebemos relatos de violência verbal, ameaças, violência física e dificuldades para acessar a Justiça e os mecanismos de proteção. Muitas pessoas trans procuram a Associação em razão do sofrimento psicológico provocado pela discriminação, pelo isolamento social, pela rejeição familiar e pela exclusão do mercado de trabalho. Esses relatos demonstram que a população trans ainda enfrenta barreiras estruturais que comprometem o exercício pleno da cidadania, reforçando a necessidade de

políticas públicas permanentes, atendimento humanizado e ações efetivas de combate à transfobia e promoção da inclusão social”, diz o presidente da Viva à Diversidade.

Avanços insuficientes

Para Carvalho, a última década foi marcada por avanços no atendimento às pessoas LGBTQIA+, o que é representado pelos serviços públicos específicos para esta população, presentes na maior parte das prefeituras do ABC. O representante da entidade, no entanto, avalia que essas iniciativas ainda são tímidas.

“Houve avanços importantes na última década, especialmente no reconhecimento dos direitos da população trans e na ampliação do debate público sobre diversidade e cidadania. Hoje existem mais políticas públicas, decisões judiciais que garantem direitos, serviços especializados de saúde em algumas regiões e uma maior visibilidade da pauta trans nos espaços institucionais. No entanto, esses avanços ainda são insuficientes e acontecem de forma desigual. Na prática, muitas pessoas trans continuam enfrentando dificuldades para acessar a saúde, a educação, o mercado de trabalho e a assistência social. A violência, a discriminação e a exclusão seguem fazendo parte da realidade cotidiana dessa população”, aponta.

Segundo Robson de Carvalho a polarização política, a desinformação e disseminação de discursos de ódio nos últimos dez anos cresceram mais do que os avanços sociais para a população LGBTQIA+ o que impacta diretamente a garantia de direitos e aumento da intolerância. “Mais do que criar novas leis, é fundamental que os governos fortaleçam e garantam a execução das políticas públicas já existentes, com investimentos, formação permanente dos profissionais, combate efetivo à transfobia e participação da sociedade civil na construção dessas políticas”.

Emprego

As cidades do ABC precisam tratar a empregabilidade da população trans como uma política pública de inclusão e desenvolvimento, e não apenas como uma ação pontual, diz Robson de Carvalho. “É fundamental que os municípios de nossa região, criem programas permanentes de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e incentivo à contratação de pessoas trans, em parceria com

empresas, instituições de ensino e organizações da sociedade civil. Também é importante promover ações de sensibilização junto ao setor privado para combater a discriminação nos processos seletivos e no ambiente de trabalho. O acesso ao trabalho digno é um dos principais instrumentos para garantir autonomia, cidadania e redução das desigualdades”, ressalta.

Além do emprego formal, Carvalho sugere ainda iniciativas para formação de empreendedores. “A inclusão produtiva da população trans não deve ser vista como um favor ou uma concessão, mas como um compromisso do poder público, da iniciativa privada e da sociedade com a igualdade de oportunidades”.

Censo

Um dos maiores entraves para conhecer quem são, onde estão e qual a condição socioeconômica das pessoas trans, é não ter um estudo detalhado, como um Censo, que balizaria a criação de políticas públicas. “Essa ausência de dados representa um dos principais desafios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às necessidades reais dessa população. Infelizmente, os únicos dados disponíveis são, em sua maioria, referentes às pessoas trans atendidas pelos ambulatorios especializados, ou seja, esses números não representam a totalidade da população trans da região”.

O militante da causa LGBTQIA+ diz que os municípios podem buscar parcerias com universidades da região para fazer esse levantamento. “Conhecer quem são essas pessoas, onde vivem, suas condições de saúde, escolaridade, trabalho, renda e acesso aos serviços públicos é essencial para planejar ações com maior efetividade. A construção de políticas públicas deve ser baseada em evidências. Sem dados confiáveis, corre-se o risco de desenvolver programas que não respondam às demandas reais da população. Produzir dados é um passo fundamental para promover inclusão, reduzir desigualdades e fortalecer a cidadania da população trans no ABC.

Luta

A luta da população trans não é uma pauta identitária isolada; é uma pauta de direitos humanos, de justiça social e de democracia. Uma sociedade que aceita a exclusão de pessoas por sua identidade de gênero também naturaliza outras formas de desigualdade. Não basta celebrar a diversidade em datas

comemorativas. É preciso compromisso político, orçamento público, políticas permanentes e coragem para enfrentar a transfobia estrutural. O poder público precisa compreender que investir na população trans não é conceder privilégios, mas reparar desigualdades históricas e cumprir o princípio constitucional da igualdade. O ABC tem tradição na defesa dos direitos sociais e pode se tornar referência nacional se assumir esse compromisso de forma efetiva.

Veja o que cada município do oferece para a população trans

Diadema

Dentro de dois meses o Ambulatório DiaTrans, serviço especializado de saúde para travestis, pessoas transexuais e pessoas com vivências de variabilidade de gênero em Diadema vai completar cinco anos de funcionamento. “O atendimento contempla acolhimento qualificado, acompanhamento médico e de enfermagem, psicologia, serviço social, psiquiatria, monitoramento clínico-laboratorial, acompanhamento e administração de terapia hormonal, grupos de orientação, ações de promoção e prevenção em saúde, além de encaminhamentos para exames, serviços especializados e procedimentos cirúrgicos relacionados ao Processo Transexualizador no SUS. Atualmente, o ambulatório possui 614 usuários cadastrados, dos quais 440 estão ativos e em acompanhamento regular”, explica a prefeitura.

Em 2025, o Ambulatório DiaTrans realizou entre atendimentos médicos, de enfermagem, psicologia, serviço social e psiquiatria, 2.631 atendimentos multiprofissionais no ano, o que corresponde à média aproximada de 219 atendimentos por mês. Considerando também os procedimentos de hormonização, as coletas laboratoriais e os encaminhamentos para exames e cirurgias, o serviço contabilizou 5.395 ações assistenciais em 2025, correspondendo à média aproximada de 450 ações por mês. O ambulatório fica no Quarteirão da Saúde (avenida Antônio Piranga, nº 700, 2º andar – Centro. Telefone: (11) 4043-8093 / e-mail: diatrans@diadema.sp.gov.br).

O Ambulatório DiaTrans também faz o atendimento socioassistencial com identificação de situações de vulnerabilidade, orientação sobre direitos sociais, retificação de nome e gênero, benefícios, documentação, acesso aos serviços públicos e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. “Entre as iniciativas desenvolvidas pelo município está o Programa EmpregaT, voltado à preparação para o mercado de trabalho por meio de oficinas de elaboração de currículo, preparação para entrevistas, desenvolvimento de habilidades

profissionais e fortalecimento da autonomia”, sustenta o município. A Coordenadoria de Políticas de Cidadania e Diversidades de Diadema é responsável por organizar e desenvolver ações municipais de enfrentamento à discriminação de gênero e à LGBTfobia”, diz informe da prefeitura.

São Bernardo

São Bernardo também tem ambulatório multidisciplinar para atendimento de pessoas trans. A prefeitura informa que desde a sua implantação já realizou cerca de 150 atendimentos e atualmente acompanha aproximadamente 120 usuários. O cuidado é realizado por uma equipe multiprofissional composta por enfermagem, assistência social, psicologia, psiquiatria e endocrinologia. “Entre os serviços oferecidos estão o acompanhamento clínico, a terapia hormonal, quando indicada, e o encaminhamento para cirurgias de afirmação de gênero realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Nos serviços de saúde como um todo são realizadas sensibilizações com os trabalhadores sobre o respeito ao nome social e às identidades de gênero”, sustenta a prefeitura, que completa o comunicado dizendo que as UBSs (Unidades Básicas de Saúde) realizam o atendimento em atenção primária para toda população, inclusive a população trans.

Santo André

Em Santo André a população LGBTQIA+ conta com o Ambulatório Travessias – Espaço Multidisciplinar de Cuidados para Pessoas com Variabilidade de Gênero de Santo André. Segundo a prefeitura o serviço recebe, em média, entre 10 e 20 novos casos por mês e atualmente são 622 pessoas em acompanhamento. “O Ambulatório Travessias conta com uma equipe multiprofissional composta por assistência social, psicologia, psiquiatria e endocrinologia, oferecendo atendimento integral às pessoas trans e com variabilidade de gênero”, explica nota da prefeitura. Para acessar o serviço os interessados devem comparecer ao Poupatempo da Saúde, localizado no Atrium Shopping, de segunda a sexta, das 7h às 19h para fazer o agendamento.

Além do ambulatório, os CAPSs (Centros de Atenção Psicossocial) também atendem a população trans. “O Serviço Social realiza atendimentos tais como; orientações para retificação de nome e gênero, encaminhamento a rede socioassistencial e encaminhamentos pertinentes as cirurgias do processo transsexualizador”, informa o paço andreense. Os Cras atuam na prevenção de

vulnerabilidade e risco social e no enfrentamento das violências e violações de direitos, combatendo os preconceitos e discriminações de gênero, classe, raça e etnia.

O Programa Andreense de Qualificação (PAQ) tem por objetivo proporcionar qualificação profissional, alfabetização, renda e ocupação as pessoas de baixa renda, maiores de 18 anos, desempregadas há mais de 6 meses, inscritas no Cadastro Único e moradoras de Santo André. “O programa concede bolsa auxílio, transporte, cesta básica, alimentação e seguro de vida. Embora não seja exclusivo para as pessoas trans, as pessoas LGBTQIA+ tem pontuação maior para a inserção”, diz a prefeitura de Santo André.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego, por meio do Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda (CPETR), vem realizando atividades desde 2025 com objetivo de sensibilizar as empresas para a importância da inclusão do público LGBTQIA+ nas organizações. “Na quinta-feira (23/-7) teve início o curso de fabricação e venda de cupcakes e bolos caseiros, promovido pelo Sehal (Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação do Grande ABC), em parceria com a Prefeitura de Santo André, o Sebrae e o Senai. O curso é voltado para os públicos dos eixos de Diversidade e Equidade do Sebrae, com uma turma dedicada ao público LGBTQIA+. Os outros eixos são: mulheres negras e pessoas com idade acima de 50 anos. As aulas vão até 31 de julho”, cita a prefeitura de Santo André quanto à empregabilidade.

Ribeirão Pires

A prefeitura de Ribeirão Pires não tem ambulatório ou outro serviço exclusivo para a população trans. “O acolhimento é realizado pelo Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), que faz a escuta qualificada, o mapeamento das demandas e os estudos necessários para a implantação de serviços específicos voltados a esse público. No momento, a população trans é atendida pela rede municipal de saúde de forma integral, conforme suas necessidades, por meio dos serviços já existentes na Atenção Básica e da rede especializada, garantindo acesso universal e sem discriminação. A Secretaria de Saúde está em processo de definição de fluxos e referências assistenciais para avaliar a necessidade de estruturação de um atendimento específico, conforme o perfil e a demanda identificados no município”, justifica a prefeitura, em nota.

Rio Grande da Serra

A prefeitura de Rio Grande da Serra nada informou sobre atendimentos específicos para a população trans, na área de saúde, assistência social e em outras áreas. Informou apenas que no cadastramento para vagas de emprego não há distinção de gênero. “Por meio do PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador, a prefeitura de Rio Grande da Serra oferece vagas de trabalho para todos os públicos que atendam aos requisitos profissionais indicados pelos contratantes, sem qualquer tipo de distinção de gênero”, diz nota da prefeitura.

Mauá e São Caetano não responderam.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3866937/abc-enfrenta-falta-de-dados-sobre-populacao-trans-o-que-aumenta-desigualdade-social/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário - Santo André/SP

Seção: São Caetano